



MUNICÍPIO DE TOLEDO

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria da Fazenda e Captação de Recursos

DEMONSTRATIVO REGIONALIZADO DO EFEITO SOBRE A RECEITA E A DESPESA DECORRENTES DE BENEFÍCIOS FISCAIS

Em cumprimento ao disposto no inciso II, do artigo 5º, da Lei Complementar nº 101/2000, no qual prevê que o projeto de Lei Orçamentária Anual deve estar acompanhado de Demonstrativo regionalizado do efeito sobre as Receitas e Despesas, decorrente de isenções, anistia, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Considerando que o referido Demonstrativo, que será elaborado, levará em consideração apenas a isenção e desconto de impostos, taxas e contribuição de melhorias previstos em caráter não geral, e que, conforme disposto no inciso II do Art. 237 da Lei Municipal nº 1931/2006 será efetivada por despacho do responsável pela Administração Tributária, em requerimento no qual o interessado comprove o preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei.

Diante disso, elaboramos a seguir, o referido Demonstrativo para que seja enviado juntamente com a proposta orçamentária para o exercício de 2017. Destaca-se que este Demonstrativo se refere apenas ao efeito sobre as Receitas, decorrente de isenções e descontos de natureza tributária.

Com relação aos benefícios, anistias, remissões e subsídios, destacamos que no Município de Toledo não há previsão legal para concessão dos mesmos para o exercício de 2017.



MUNICÍPIO DE TOLEDO
ESTADO DO PARANÁ
Secretaria da Fazenda e Captação de Recursos

A Tabela 1 prevê a estimativa dos Efeitos sobre a Receita decorrente da isenção e desconto do valor IPTU conforme disposto no Art. 32 e seus parágrafos e incisos da Lei Municipal nº 1931/2006, qual seja:

Art. 32 - São isentos do pagamento do IPTU, desde que cumpridas as exigências previstas nesta Lei e no Decreto que regulamentar a matéria:

I - as instituições ou sociedades, sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública, desde que no efetivo exercício de suas finalidades estatutárias e que comprovem o cumprimento dos requisitos previstos nos incisos I usque VII do § 1º do artigo 7º desta Lei;

II - as autoridades eclesiásticas, para o imposto incidente sobre imóvel localizado no mesmo terreno do templo religioso;

III - os proprietários de imóveis declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, relativamente ao imposto incidente sobre estes, observando-se o seguinte:

a) em se tratando de imóveis edificados, a partir da imissão de posse ou ocupação efetiva pelo Poder desapropriante;

b) em se tratando de imóveis baldios, a partir da data da declaração.

IV - os ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial, integrantes da Força Expedicionária Brasileira, da Força Aérea Brasileira ou da Marinha de Guerra, desde que o imóvel se destine à sua residência;

V - o proprietário de imóvel oficialmente declarado como área de preservação ambiental, para o imposto incidente sobre ela;

VI - o contribuinte que preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) ser proprietário ou possuidor de um único imóvel, com valor venal não superior a 1.715 URTs (mil setecentas e quinze Unidades de Referência de Toledo), no qual resida, mesmo abrigando edificações de terceiros em situação de fato ou em condomínio, mediante declaração do proprietário; (redação dada pela Lei nº 2.036, de 19 de agosto de 2010)

b) não possuir outro imóvel, construído ou não, qualquer que seja sua localização; c) ter rendimento mensal familiar não superior a dois salários mínimos;

c) ter rendimento mensal familiar não superior a 3 (três) salários mínimos, desde que o rendimento mensal per capita não exceda a 2 (dois) salários mínimos vigentes no País; (redação dada pela Lei nº 2.212, de 5 de novembro de 2015)

d) ter padrão de vida compatível com a renda a que se refere a alínea anterior, constatada mediante estudo socioeconômico realizado por assistente social. (redação dada pela Lei nº 2.080, de 23 de novembro de 2011)

VII - o contribuinte que acolher, sob forma de guarda de criança ou de adolescente órfão ou abandonado, nos termos dos artigos 33, 34 e 35 do Estatuto da Criança e do Adolescente, relativamente ao imposto incidente sobre o imóvel destinado à residência do contribuinte.

VIII - o proprietário de imóvel localizado em área denominada "Vila Rural", desde que possua um único imóvel, no qual resida; (redação dada pela Lei nº 1.939, de 12 de dezembro de 2006)

IX - o contribuinte portador, ou que possua na família pessoa portadora, de esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, doença de Parkinson, doença de Alzheimer, síndrome da imunodeficiência adquirida, nefropatia grave, cardiopatia grave, espondiloartrose anquilosante, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, fibrose cística (mucoviscidose), transtorno mental, ou outra deficiência ou doença grave e crônica que exijam dispêndios necessários ao tratamento, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos: (redação dada pela Lei nº 2.080, de 23 de novembro de 2011)

a) comprovar que a pessoa portadora da deficiência ou doença está incapacitada para o trabalho; (redação dada pela Lei nº 2.080, de 23 de novembro de 2011)



MUNICÍPIO DE TOLEDO

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria da Fazenda e Captação de Recursos

b) ser proprietário ou possuidor de um único imóvel, com valor venal não superior a 1.715 URTs (mil setecentas e quinze Unidades de Referência de Toledo), no qual resida; (redação dada pela Lei nº 2.080, de 23 de novembro de 2011)

c) ter rendimento mensal familiar não superior a quatro salários mínimos nacionais; (redação dada pela Lei nº 2.080, de 23 de novembro de 2011)

d) ter padrão de vida compatível com a renda a que se refere a alínea anterior, constatada mediante estudo socioeconômico; (redação dada pela Lei nº 2.080, de 23 de novembro de 2011)

e) estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica familiar, constatada mediante avaliação da situação socioeconômica realizada por assistente social; (redação dada pela Lei nº 2.080, de 23 de novembro de 2011)

f) comprovar que a pessoa acometida pela deficiência ou doença seja o contribuinte ou pessoa da família que com ele resida e seja seu dependente. (redação dada pela Lei nº 2.080, de 23 de novembro de 2011)

X - poderão ainda, ser concedidas isenções independentemente do valor venal, aos proprietários considerados economicamente incapazes, mediante atestado fornecido pela Assistência Social do Município. (dispositivo revogado pela Lei nº 1.939, de 12 de dezembro de 2006)

§ 1º - O Município reservar-se-á o direito de buscar e averiguar todas as informações necessárias para o fim de conceder ou não a isenção requerida.

§ 2º - As isenções a que alude este artigo poderão ser requeridas a partir da notificação do lançamento do IPTU, até a data que dispuser o Decreto que regulamentar o seu lançamento e pagamento referente ao respectivo exercício, mediante comprovação dos requisitos necessários à concessão, sendo que os contribuintes beneficiados num exercício poderão ser automaticamente isentos no exercício subsequente, ressalvado o direito da Administração Tributária exigir o pagamento do tributo, caso seja constatada a alteração das condições que motivaram a isenção.

§ 3º - Será indeferido o pedido de isenção em casos de omissão de rendimentos ou informações inverídicas sobre seu padrão de vida ou sobre sua situação econômico-financeira, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis.

§ 4º - O limite de valor venal a que se refere a alínea "a" do inciso VI e a alínea "b" do inciso IX do caput deste artigo não se aplica ao contribuinte com sessenta e cinco anos de idade ou mais e que possua o imóvel há mais de vinte anos, desde que o imóvel se destine exclusivamente para sua residência. (redação dada pela Lei nº 2.080, de 23 de novembro de 2011)

§ 5º - A soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família, prevista na alínea "c" do inciso VI do caput deste artigo, será elevada para 3 (três) salários mínimos quando o contribuinte comprovar que o rendimento familiar mensal per capita é de até meio salário mínimo vigente no País, desde que atendidos os demais requisitos previstos para a concessão da isenção. (redação dada pela Lei nº 2.080, de 23 de novembro de 2011) (dispositivo revogado pela Lei nº 2.212, de 5 de novembro de 2015)

§ 6º - A isenção de que trata o inciso VI e suas alíneas do caput deste artigo poderá ser parcial em função do número de edificações de terceiros em situação de fato ou em condomínio, mediante comprovação do proprietário.

§ 7º - Efetuado o pagamento total do tributo, extingue-se o direito à isenção no respectivo exercício e nos casos de pagamentos parciais poderá ser deferida a isenção das parcelas ainda não pagas.

§ 8º - Entende-se por pessoa portadora de deficiência ou doença grave e crônica, para fins do disposto no inciso IX do caput deste artigo, aquela que esteja incapacitada para o trabalho e que realiza dispêndios com o tratamento, sendo que a incapacidade e o pagamento dos dispêndios deverão ser comprovados mediante apresentação dos documentos relacionados a seguir, além de outros que poderão ser exigidos pela Administração Tributária: (redação dada pela Lei nº 2.080, de 23 de novembro de 2011)

I - laudos ou atestados médicos e/ou outro documento idôneo que atestem ou demonstrem a incapacidade para o trabalho; ou quando a pessoa portadora da deficiência ou doença estiver recebendo Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC, auxílio doença ou aposentadoria por invalidez, mediante apresentação de Declaração do INSS ou outro(s) documento(s)



MUNICÍPIO DE TOLEDO
ESTADO DO PARANÁ
Secretaria da Fazenda e Captação de Recursos

expedido(s) por instituição pública ou privada, atualizados anualmente, que comprovem o recebimento do benefício motivado por deficiência ou doença grave e crônica;

II – receitas médicas acompanhadas de documentos fiscais, atualizados anualmente, que comprovem os gastos necessários ao tratamento.

§ 9º – Entende-se por situação de vulnerabilidade socioeconômica familiar, para fins da isenção a que se refere o inciso IX do caput deste artigo, aquela em que o contribuinte e sua família se encontrem com efetivas dificuldades para cumprir satisfatoriamente suas necessidades vitais básicas, ou quando exista prejuízo ou iminente risco no atendimento dos direitos sociais e das necessidades vitais básicas do contribuinte e dos membros da sua família, que com ele resida, ou ainda conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social. (dispositivo acrescido pela Lei nº 2.080, de 23 de novembro de 2011)

§ 10 – O limite de valor venal a que se refere a alínea "a" do inciso VI e a alínea "b" do inciso IX do caput deste artigo, poderá ser elevado para 3.430 URTs (três mil quatrocentas e trinta Unidades de Referência de Toledo), desde que atendidos os demais requisitos previstos para a concessão da isenção, sendo que, para esses casos, o contribuinte será isento apenas do pagamento do IPTU, não se aplicando a isenção das taxas a que se refere o inciso III do § 4º do artigo 122 desta Lei. (dispositivo acrescido pela Lei nº 2.080, de 23 de novembro de 2011)

Em relação ao desconto do valor do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) para pagamento a vista, tomou-se por base, o exercício de 2016, o qual previa o desconto de 6% sobre o valor do imposto devido e que será mantido para o exercício de 2017. Destarte, no valor total da isenção do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) está inclusa a isenção prevista na LDO/2017, o qual prevê a criação de Lei de isenção do referido imposto para as unidades industriais que se instalarem em parques tecnológicos.

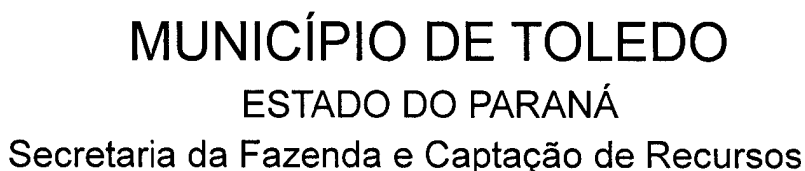
Tabela 1 – Toledo – Estimativa sobre a receita decorrente da isenção e desconto do valor IPTU para o exercício de 2017

BENEFÍCIOS	VALOR EM R\$	% PROPORÇÃO		
		REC. CORRENTE	REC. TRIBUTÁRIA	IPTU
IPTU				
ISENÇÃO	2.550.000,00	0,63%	2,28%	6,00%
DESCONTO	850.000,00	0,21%	0,76%	2,00%
TOTAL	3.400.000,00	0,84%	3,04%	8,00%

Fonte: Departamento de Receita/Secretaria da Fazenda e Captação de Recursos/Toledo-Pr.

Elaborado: Departamento de Receita/Secretaria da Fazenda e Captação de Recursos/Toledo-Pr.

Nota (1) Receita Orçamentária Fiscal 2017: Receitas Correntes R\$ 402.521.722,28
 Receita Tributária R\$ 111.989.000,00
 IPTU R\$ 42.500.000,00



§ 5º - Entende-se por instituição religiosa, para os efeitos do parágrafo anterior, aquela ligada direta ou indiretamente à prática de culto de qualquer credo.

13.714.000,00

A Tabela 3 prevê a estimativa dos Efeitos sobre a Receita decorrente da isenção do valor da Contribuição de Melhoria conforme



MUNICÍPIO DE TOLEDO
ESTADO DO PARANÁ
Secretaria da Fazenda e Captação de Recursos

disposto no Art. 150 da Lei Municipal nº 1931 de 26 de maio de 2006, qual seja:

Art. 150 - Ficam isentos do pagamento da Contribuição de Melhoria:

I - as entidades, sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública, que, comprovadamente, prestem serviços de assistência social;

II - os proprietários de áreas não parceláveis, declaradas oficialmente como de proteção ambiental pelo órgão competente, com relação ao tributo sobre elas incidentes.

Parágrafo único – Os contribuintes que se enquadram nas hipóteses de isenção previstas nos incisos VI e IX do caput do artigo 32 desta Lei ficam também isentos da Contribuição de Melhoria decorrente da realização de obras públicas na modalidade de "pavimentação de passeio público", "urbanização" e/ou "reurbanização", mediante comprovação dos requisitos necessários à concessão da isenção. (redação dada pela Lei nº 2.162, de 19 de dezembro de 2013)

A Tabela 3 também prevê a estimativa dos Efeitos sobre a Receita decorrente do desconto para pagamento, a vista, da Contribuição de Melhoria conforme previsão nos incisos I e II do artigo 1º do Decreto nº 1.055 de 28 de junho de 1995, qual seja:

DECRETO Nº 1.055, de 28 de junho de 1995

Dispõe sobre as condições de pagamento da Contribuição de Melhoria.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceituam o artigo 169 da Lei nº 1.760/93 e o artigo 12 do Decreto-Lei nº 195/67,

D E C R E T A:

Art. 1º - O pagamento da Contribuição de Melhoria poderá ser efetuado pelo contribuinte à Municipalidade, numa das seguintes condições:

I - pagamento único, à vista, com desconto de 20% (vinte por cento);

II - em três parcelas mensais sucessivas, de igual valor, com 5% (cinco por cento) de desconto, sendo a primeira correspondente à entrada;

Tabela 3 – Toledo – Estimativa dos Efeitos sobre a receita decorrente da isenção da Contribuição de Melhoria para o exercício de 2017

BENEFÍCIOS	VALOR EM R\$	% PROPORÇÃO		
		REC. CORRENTE	REC. TRIBUTÁRIA	CM
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA				
ISENÇÃO	150.000,00	0,04%	0,13%	6,25%
DESCONTO	48.000,00	0,01%	0,04%	2,00%
TOTAL	198.000,00	0,05%	0,18%	8,25%

Fonte: Departamento de Receita/Secretaria da Fazenda e Captação de Recursos/Toledo-Pr.

Elaborado: Departamento de Receita/Secretaria da Fazenda e Captação de Recursos/Toledo-Pr.

Nota (1) Receita Orçamentária Fiscal 2017:

Receitas Correntes R\$

402.521.722,28

Receita Tributária R\$

111.989.000,00

Contribuição de Melhoria R\$

2.400.000,00



MUNICÍPIO DE TOLEDO
ESTADO DO PARANÁ
Secretaria da Fazenda e Captação de Recursos

A Tabela 4 prevê a estimativa dos Efeitos sobre a Receita decorrente da isenção do valor do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) conforme disposto no inciso VIII do Art. 67 da Lei Municipal nº 1931/2006, qual seja:

VIII – a transmissão de imóvel, ou parte ideal de imóvel, destinado a área de preservação permanente (APP), área de reserva legal (ARL) ou área de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), para o imposto incidente sobre ela, desde que a área esteja devidamente registrada no órgão ambiental e/ou no Cartório de Registro de Imóveis competente, conforme dispuser a legislação aplicável. (dispositivo acrescido pela Lei nº 2.173, de 1º de julho de 2014)

Tabela 4 – Toledo – Estimativa dos Efeitos sobre a receita decorrente da isenção do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) para o exercício de 2017

BENEFÍCIOS	VALOR EM R\$	% PROPORÇÃO		
		REC. CORRENTE	REC. TRIBUTÁRIA	ITBI
IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMOVEIS (ITBI)				
ISENÇÃO	750.000,00	0,19%	0,67%	6,33%
TOTAL	750.000,00	0,19%	0,67%	6,33%

Fonte: Departamento de Receita/Secretaria da Fazenda e Captação de Recursos/Toledo-Pr.

Elaborado: Departamento de Receita/Secretaria da Fazenda e Captação de Recursos/Toledo-Pr.

Nota (1) Receita Orçamentária Fiscal 2017: Receitas Correntes R\$ 402.521.722,28
 Receita Tributária R\$ 111.989.000,00
 ITBI R\$ 11.850.000,00

A Tabela 5 prevê a estimativa dos Efeitos sobre a Receita decorrente da redução da alíquota do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS) conforme Projeto de Lei a ser enviado a Casa Legislativa para reduzir a alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza(ISS) de 3% para 2% para empresas prestadoras de serviços na área de Bio Tecnologia e na área de Tecnologia da Informação. Também, Projeto de Lei para isenção do Imposto Sobre Serviços (ISS), pelo prazo de 5 (cinco) anos, relativamente à edificação, ampliação e implantação de unidades industriais em parques tecnológicos.



MUNICÍPIO DE TOLEDO
ESTADO DO PARANÁ
Secretaria da Fazenda e Captação de Recursos

Tabela 5 – Toledo – Estimativa dos Efeitos sobre a receita decorrente da isenção do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS) para o exercício de 2017

BENEFÍCIOS	VALOR EM R\$	% PROPORÇÃO		
		REC. CORRENTE	REC. TRIBUTÁRIA	ISS
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISS) ISENÇÃO	210.000,00	0,05%	0,19%	0,70%
TOTAL	210.000,00	0,05%	0,19%	0,70%

Fonte: Departamento de Receita/Secretaria da Fazenda e Captação de Recursos/Toledo-Pr.

Elaborado: Departamento de Receita/Secretaria da Fazenda e Captação de Recursos/Toledo-Pr.

Nota (1) Receita Orçamentária Fiscal 2017: Receitas Correntes R\$ 402.521.722,28
Receita Tributária R\$ 111.989.000,00
ISS R\$ 30.210.000,00

A Tabela 6 prevê o resumo da estimativa dos Efeitos sobre a Receita decorrente da isenção do valor dos tributos, quais sejam, impostos, taxas e contribuição de melhoria que terão impacto no exercício fiscal de 2017

Tabela 6 – Toledo – resumo da estimativa dos Efeitos sobre a Receita decorrente da isenção do valor dos tributos para o exercício fiscal de 2017

BENEFÍCIOS	VALOR EM R\$	% PROPORÇÃO		
		REC. CORRENTE	REC. TRIBUTÁRIA	TRIBUTOS
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU) ISENÇÃO	2.550.000,00	0,63%	2,28%	2,53%
DESCONTO	850.000,00	0,21%	0,76%	0,84%
TAXAS DE SERVIÇOS				
ISENÇÃO TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	100.000,00	0,02%	0,09%	0,10%
ISENÇÃO TAXA DE COLETA DE LIXO	110.000,00	0,03%	0,10%	0,11%
ISENÇÃO TAXA DE COMBATE A INCENDIO	20.000,00	0,00%	0,02%	0,02%
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA				
ISENÇÃO	150.000,00	0,04%	0,13%	0,15%
DESCONTO	48.000,00	0,01%	0,04%	0,05%
IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMOVEIS (ITBI) ISENÇÃO	750.000,00	0,19%	0,67%	0,74%
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISS) ISENÇÃO	210.000,00	0,05%	0,19%	0,21%
TOTAL	5.470.000,00	1,36%	4,88%	5,43%

Fonte: Departamento de Receita/Secretaria da Fazenda e Captação de Recursos/Toledo-Pr.

Elaborado: Departamento de Receita/Secretaria da Fazenda e Captação de Recursos/Toledo-Pr.

Nota (1) Receita Orçamentária Fiscal 2017: Receitas Correntes R\$ 402.521.722,28
Receita Tributária R\$ 111.989.000,00
Tributos R\$ 100.674.000,00
IPTU R\$ 42.500.000,00
TAXAS R\$ 13.714.000,00
CM R\$ 2.400.000,00
ITBI R\$ 11.850.000,00
ISS R\$ 30.210.000,00



MUNICÍPIO DE TOLEDO
ESTADO DO PARANÁ
Secretaria da Fazenda e Captação de Recursos

Conforme exposto na Tabela 6, o valor total previsto para a isenção e/ou desconto de tributos para o exercício de 2017 perfaz o montante de R\$ 5.470.000,00 (cinco milhões, quatrocentos e setenta mil reais) equivalentes a 1,36% das Receitas Correntes, 4,88% das Receitas Tributárias e 5,43% dos tributos abrangidos pelo referido desconto e/ou isenção.

Toledo, 26 de setembro de 2016.


JALDIR ANHOLETO
DIRETOR DO DEP. DE RECEITA


ROSELI FABRIS DALLA COSTA
RESP. SEC. DA FAZENDA E CAPTAÇÃO DE RECURSOS
PORT. 401/2016